

Ata da Audiência Pública referente aos valores pagos pela população taquarense nas taxas de incêndio, realizada em 12.11.2014.

Aos 12 dias do mês de novembro do ano de 2014, às 19h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara/RS realizou-se **Audiência Pública deste Legislativo**, sob a Presidência do Vereador Arleu Machado de Oliveira (PP), com Base na Resolução Nº 02, de 18 de fevereiro de 2005, para tratar da matéria constante do Requerimento Nº 206, datado de 14 de julho de 2014, de autoria do Vereador Régis Bento de Souza, aprovado por unanimidade em Sessão Ordinária do mesmo dia, no que tange os valores pagos pela população referente à taxa de incêndio, pois existem dúvidas no que vem se investindo quanto ao valor arrecadado, perante a Legislação vigente. A presente Audiência Pública contou com a presença dos seguintes Vereadores: Guido Mario Prass Filho (PP), Moisés Cândido Rangel (PSDB), Nelson José Martins (PMDB), Régis Bento de Souza (PMDB) e Valdecir Vargas de Almeida (PSC). Estavam ausentes os Vereadores: Adalberto Carlos Soares (PP), Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Eduardo Carlos Kohlrausch (PTB), Lauri Fillmann (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB), Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP), Sandra Beatriz Schaeffer (PSDB), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB). Reuniram-se para o debate os seguintes convidados, além das demais pessoas presentes, conforme lista de presença anexa a esta Ata. Senhor Paulo Cezar Möller, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana, representando o Prefeito Municipal; Sargento Waldemar David Pereira Dias, Comandante do Corpo de Bombeiros de Taquara/RS; Senhor Luiz André dos Santos Souza, representando o Sindicato dos Bancários e CONSEPRO; Senhor Edvan Pedro dos Santos, Tenente da Reserva; Senhor Miguel Marcelo dos Passos, Tenente dos Bombeiros da Reserva; Senhor Hélio Cardoso Neto, Assessor Jurídico desta Casa; Senhor Carlos Rogério Martins, Técnico de Segurança do Trabalho e Presidente do Partido PMDB de Taquara, Senhor Luiz Carlos Masutti, Radialista da Rádio Taquara; Senhor Odilon Lopes, Presidente da Associação dos Motoristas de Taquara; Senhora Silvana Maria da Silva, Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Taquara. As manifestações feitas nesta Audiência Pública encontram-se gravadas na íntegra no arquivo digital de áudio no CD-ROM em anexo. Nesse sentido a presente Ata foi confeccionada com informações sucintas e necessárias ao entendimento da mesma, porém, as manifestações na íntegra ficarão gravadas no referido CD, que passará ser parte integrante desta Ata. Inicialmente o Presidente desta Casa, Vereador Arleu Machado de Oliveira abriu os trabalhos desta Audiência Pública, saudando todos os presentes e logo em seguida passou a condução dos trabalhos ao Vereador Régis Bento de Souza, Propositor deste ato. O Vereador Régis cumprimentou a todos e fez um breve discurso destacando as questões que lhe fizeram solicitar esta Audiência Pública para tratar do valor da taxa de contribuição de incêndio incluída no IPTU pago anualmente pelos munícipes. Uma das questões foi dois sinistros de grande proporção ocorridos na cidade neste ano que consumiu a Empresa de Calçados Beira Rio e a Loja Pompeia. Outra questão foi a informação dada pelo Prefeito Municipal sobre a instalação do Corpo de Bombeiros no Bairro Santa Rosa, ao lado da Associação dos Aposentados e Pensionistas. Disse que a partir daí foi desenvolvido diversos estudos e

levantamentos visando chegar a um denominador comum, pois na condição de Vereador é sua obrigação saber aonde está sendo aplicado cada centavo recebido dos contribuintes, e, para isso procurou a constitucionalidade desta contribuição que já foi resolvido em estâncias superiores que a contribuição de incêndio é constitucional, conforme regras legais de nossa cidade. Ressaltou que esta Audiência Pública foi solicitada para obter informações e é uma fase dos andamentos que possam ter posteriormente. Após o Vereador Régis deu início ao debate passando inicialmente a palavra ao Secretário Paulo Möller, no qual pautou os seguintes assuntos: A área junto a Rua Tristão Monteiro destinada à construção de um prédio para o Corpo de Bombeiros encontra-se parada devido à questão da legalidade do local que já está sendo vista dentro do Departamento Jurídico da Prefeitura para tão logo iniciar a obra física. Também passou valores dos últimos anos 2009-2014, referentes à taxa de incêndio, na Receita Orçamentária com valor previsto e valor arrecadado (documentos em anexo). Vereador Nelson Martins: Falou da cobrança judicial, pedindo informação se a taxa de incêndio está sendo acoplada a isto. Tenente da Reserva dos Bombeiros, Miguel Passos: Disse que foi um dos idealistas em criar essa taxa de incêndio em 1989, mas desde aquela época nunca conseguiram arrecadar essas verbas, depois foram feitas leis e mais leis e a última diz que a contribuição de incêndio deve ser passada para a conta FUNREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, sediado no Município de Taquara. Nesse sentido gostaria que o Executivo apresentasse o depósito nesta conta com esses valores arrecadados, pois sabem que na conta FUNREBOM entra valores de outras receitas que os Bombeiros adquiriram a partir da Lei de Prevenção de Incêndio. Lamentou trabalhar numa Corporação sabendo que o Executivo usa o nome dos Bombeiros para repassar valores a outras atividades, enquanto os mesmos ficam trabalhando em local a ermo sem condições necessárias de um atendimento adequado a população. Vereador Valdecir de Almeida: Salientou que pelos números repassados anteriormente deveria ter praticamente um milhão de reais depositado na conta FUNREBOM e poderia ser para a construção do prédio na Tristão Monteiro. Também gostaria de saber o valor existente hoje na conta e qual a previsão de pagamento, pois trata-se de dívida e foi arrecadado para este fim. Também falou do terreno que foi tão batalhado para os Bombeiros e depois retirado para a construção da UPA sem discussão alguma, mas que bom que adquiriram a área na Tristão Monteiro, agora resta saber quando será iniciada esta obra. Senhor Carlos Martins: A informação que tem é que a taxa de incêndio arrecada entorno de um milhão de reais por ano, sendo que 60% pela Lei vai ou deveria ir para o FUNREBOM e 40% para a Defesa Civil. O Coordenador da Defesa Civil de nossa cidade numa outra oportunidade disse que essa verba não estava sendo depositada. Acredita como contribuinte que perante a Lei a Prefeitura não pode se apropriar desse dinheiro, acha que à medida que vai entrando o imposto este deve ser mensalmente depositado no FUNREBOM e deixar que a Instituição administre esse dinheiro. Também deixou como sugestão que se as empresas por livre iniciativa adotarem sistemas de prevenção de combate a incêndio, que elas sejam abatidas na taxa de incêndio o que investiram a mais. Comentou ainda que os valores arrecadados com essas taxas deveriam ser mais especificados para um entendimento geral e

transparente. Senhor Luiz Carlos Masutti: Acha que a discussão está baseada muito na teoria, por isso pergunta: Quem gerencia o FUNREBOM? Quanto tem depositado nele hoje? E outra questão, a comunidade paga a taxa de incêndio e o Governo do Estado entra com o quê? Sargento Dias – Comandante do Corpo de Bombeiros de Taquara: Inicialmente disse que não podem confundir FUNREBOM com taxa de incêndio, pois as verbas canalizadas no FUNREBOM praticamente são abastecidas das vistorias. Existem hoje em caixa cento e quarenta e um mil e vinte e sete reais, a Prefeitura vem repassando quinze mil reais ao mês a contar de julho somado ao que falta de uma parcela vai dar cento e quinze mil reais até o final do exercício. Nesse fundo não podem esquecer que o Corpo de Bombeiros paga água, luz, telefone, internet, manutenção de veículos e gerencia todas as suas contas que o sistema precisa, fechando por mês entorno de dez a quinze mil reais que é retirado desta conta que não pode ser descapitalizada. Quanto ao gerenciamento da conta a Corporação faz os empenhos, os orçamentos da parte mais barata, o equipamento que serve e existe uma Comissão do FUNREBOM que juntamente com o Prefeito assina para ser legalizada a forma de retirada do dinheiro. Quanto à saída dos Bombeiros do centro da cidade para a ERS 115 foi uma sucessão de erros, pois o Bombeiro trabalha em cima do tempo resposta, onde o padrão internacional é de cinco minutos, acima disso é perda total. Tenente Edvan Pedro dos Santos: Disse que na época estava respondendo pelo expediente e fez o Ofício entregando o prédio da Tristão Monteiro para a Prefeitura em resposta ao descaso da administração pública de anos, pois sabiam que o Município usava o nome dos Bombeiros para arrecadar dinheiro, mas não investiam. Nesse momento o Radialista Masutti também deixou registrada a questão dos motivos que levaram a extinção dos Bombeiros Voluntários de Taquara. Vereador Régis de Souza: Destacou um apontamento do Tribunal de Contas do ano de 2011, onde um dos relatórios diz “inexistência de atuação do Conselho Gestor”, nesse sentido questiona se no ano passado, retrasado, este ano e o próximo está funcionando? Tem as Atas? Então começa por aí, quem faz a gestão disso é o Conselho Gestor, não é o Prefeito. Também ressaltou que existem cinco empenhos em ações que não foram executadas com a finalidade prevista na legislação. Com isso conclui-se que é aplicado sempre o mesmo modelo de fazer as coisas e isso é preciso mudar, portanto acredita que a primeira ação a ser tomada é juntar a documentação existente e oficializar junto a Justiça do Município, a qual deve ser desmembrada nas cobranças judiciais e diretamente no número da conta do FUNREBOM seja depositado aquilo que é cobrado judicialmente que até então não sabem se está sendo feito dessa forma. Disse que isso que está sendo buscado já é uma garantia de gestão do Conselho, do FUNREBOM e do FUNDEC e certamente é um passo a mais. Além disso, também é preciso rever todas as Leis que tratam de recebimento e pagamento de recursos para que o gestor público tenha penalidades caso não cumpram essas Leis na sua totalidade. Senhor João Dexheimer: Colocou a questão do sinistro junto a Empresa Calçados Beira Rio, onde alguns erros poderiam ter sido evitados. Vereador Guido Mario: Falou do trabalho sensacional realizado pelos Bombeiros e as dificuldades que eles encontram para desenvolverem suas tarefas. Nesse momento o Sargento Dias contribuiu com o assunto dizendo que hoje na cidade existem quarenta e sete hidrantes, sendo dois bons, quinze

“meia boca” e os demais inoperantes. Retomando a palavra o Vereador Guido disse que o que lhe deixa mais frustrado é que o Tribunal de Contas faz os apontamentos, mas no final apresenta Parecer favorável. Citou como exemplo um apontamento do exercício de 2011 que trata da inconformidade na administração dos recursos do FUNREBOM, indevidamente locados. Senhor Luiz André Souza, Sindicato dos Bancários e CONSEPRO: Sobre a questão de gestão sabe bem a dificuldade encontrada que é administrar recursos. Como se trata de uma matéria de legislação municipal acredita que existe uma legalidade em fazer alterações nas Leis. Também com relação à matéria tratada percebeu uma falta de transparência quanto ao fluxo percorrido por esta verba, ou seja, aonde o dinheiro entra e para onde ele vai. Se a Legislação atual não cumpre aquilo que se propõe, então que se façam as devidas alterações. Com relação à parte técnica de aplicação da verba não vê nenhum problema, pois estão muito bem colocados e assessorados. Com relação à gestão da verba, deixou como sugestão a realização de um Projeto alterando a Lei vigente, propondo uma transparência em relação ao fluxo financeiro que é colocado nesse Fundo, bem como sua forma de administração e quem é de fato que pode fazer o quê, e, também qual a destinação permitida para ser colocada nesta verba. Então são dois movimentos, o primeiro é daqui para frente com a proposição de alteração da Lei e o segundo é daqui para trás tentando recuperar o que deveria ter sido dado. Vereador Nelson Martins: Ressaltou que nada é feito sem convênio, e, como foi o primeiro motorista dos Bombeiros aqui em Taquara percebe a diferença de quando não havia Conselhos e Leis. Comentou que naquela época a Prefeitura comprou um caminhão, construiu um Quartel e criou um Corpo de Bombeiros “meio” voluntário que durou dois meses e viu que não dava certo, mas daí fez um convênio com o Estado, onde o Estado enviou os Soldados e a Prefeitura cedeu os motoristas. Disse que todos os anos encaminham projetos a esta Casa para criação de Conselhos, mas não vê os Conselhos agirem, por isso tem sido contra essas criações e é criticado por esta atitude. Existe também uma falha que ao longo dos anos poderiam ter visto se a Prefeitura estava cumprindo o Orçamento ou não. Senhor Carlos Martins: Com relação às medidas propositivas acredita que a verba arrecada com a taxa de incêndio após entrar na conta da Prefeitura deveria imediatamente ir para o FUNREBOM, pois esta verba é destinada aos Bombeiros, isso não é uma forma de imposto, por isso é muito importante à fiscalização dos Vereadores. Espera que ocorram mais reuniões com mais participantes para se chegar a uma decisão cabível a todos. Senhora Alessandra dos Passos: A questão das taxas não é uma coisa que acham ou não que deve ser repassada, a taxa ela é um tributo vinculado e na Lei da criação da taxa diz como ela deve ser administrada e de que forma deve ser aplicada. A tese de não haver penalidade foi um erro na criação desta Lei, pois todos sabem que sem penalidades as leis não são imperativas. Então o primeiro passo seria rever esta Lei e com certeza acionar o Ministério Público nas questões de descumprimento a mesma. Vereador Régis de Souza: Destacou que acatou essa bandeira de discussão por uma questão técnica e por ser uma matéria justa e responde pelos últimos vinte e dois meses no posto como Vereador e com o que vai fazer pelo futuro, aquilo que foi feito lá atrás infelizmente se está certo ou errado não existe um meio rápido e ágil de resolver, mas daqui para frente e dentro desta gestão deve

ser compromisso dos Legisladores, os quais devem ser aterem as causas populares, não as causas partidárias e de acordos partidários e pessoais com determinado grupo de pessoas. Senhor João Dexheimer: Falou de um Projeto aprovado nesta Casa este ano, que encontra-se ainda no Executivo que trata da colocação de hidrantes e cisternas nos bairros, mas segundo informações não vai ser sancionado porque os proprietários dos Loteamento não vão onerar o custo. Quanto à matéria tratada nesta noite também acredita que um trabalho realizado junto à população de prevenção possa somar neste debate sem dúvida ter a transparência da verba arrecadada. Secretário Paulo Möller: Se colocou a disposição e em nome da Administração espera que a partir desta data sejam positivos todos os encaminhamentos relacionados à pauta tratada nesta Audiência Pública. Sargento Dias: Agradeceu a todos pelo interesse direcionado aos Bombeiros, pois isso engloba todo o Município. Ressaltou a dificuldade encontrada no deslocamento dos veículos da Corporação nos dias de hoje e a necessidade da troca de caminhão a cada cinco anos. Comentou que se essa taxa de incêndio fosse realmente canalizada no destino certo não precisariam estar pedindo caminhão, equipamentos ou Quartel. Vereador Régis de Souza: Em suas considerações finais salientou que estará informando todos os presentes nesta reunião os trâmites que serão tomados sobre o assunto debatido e todas as preposições serão contempladas pesando isso dentro de uma construção de transparência do sistema público e para isso evoluir certamente haverá outras reuniões mais pontuais com assuntos mais detalhados. Frisou que a questão é a contribuição de incêndio, a entrada e a caída na conta do FUNREBOM e o conselho gestor funcionando, esse é o seu interesse, incluir na Lei para quando cair lá no Tribunal de Contas e Ministério Público, eles tenham um amparo legal e uma definição de responsabilização, penalização, cobrança, execução de maneira jurídica que possa instrumentalizar isso, esse é o verdadeiro propósito da matéria. Nada mais havendo a tratar o Vereador Régis de Souza agradeceu a presença de todos e às 20h55min declarou encerrada a presente Audiência Pública. Segue anexa a esta Ata a lista de presença dos convidados nesta reunião. E, para constar, eu, Silvana Fernandes Lopes, servidora da Câmara Municipal de Taquara/RS, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e achada conforme, será assinada pelos Vereadores presentes.